

## O mapa cultural: um exercício de memória e demarcação de territórios

Dalvit Greiner de Paula<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo discute a necessidade e a utilidade dos mapas culturais como ferramenta de gestão da Escola de forma a intervir no território ocupado pela instituição. Para isso, lança mão dos conceitos de densidade material e social em Durkheim e das fronteiras culturais propostas por Alfredo Bosi para entendermos as possibilidades de mobilização dos grupos nos territórios que lhes é dado. Assim posto, os mapas culturais não devem ser apenas inventários, mas possibilidades de conhecimento e reconhecimento de territórios e identidades, exercício de poder, roteiro de vida de indivíduos e grupos, exercício de memória e de Democracia, tornando-se capaz de redefinir e requalificar espaços de forma a valorizar as culturas locais como partes e participantes da cultura da cidade, dando visibilidade a todos os seus cidadãos, indistintamente.

**Palavras chave:** Cultura, Educação, Território, Fronteiras.

A oportunidade ímpar de se criar um Mapa Cultural numa comunidade é a possibilidade real de aproximar educação e cultura, entendendo que as duas dimensões são direitos subjetivos, devendo o Estado garanti-los a todos. Por isso, entendemos que a Escola Pública, como o local de contato diário da Comunidade com o Estado, passa a ser um local privilegiado de interlocução de todos os promotores de direitos. Na condição deste lugar de encontro diário, o mapeamento cultural nos bairros, é a possibilidade da criação de um produto institucional que visa não apenas listar os produtores de cultura locais como também propor ações que vão desde a troca de informações e agenda comum até a discussão do fazer cultural e a formação de novos agentes, demarcando assim áreas culturais de capital importância para defesa do território. Oportunizar estes encontros torna-nos atores de nosso tempo e lugar, na defesa e na construção desses direitos reconhecendo, neste caso, a cultura

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais.(UEMG)

popular local como produto a ser cultuado em seu passado, usufruído no presente e transmitido para o futuro, fazendo parte da formação de todos e ainda, no contato com a Escola, na formação de nossas crianças e adolescentes.

O *soft-power* que representa a cultura de um povo exige que o próximo passo seja transformar as escolas em polos promotores e irradiadores da cultura em todos os sentidos, tornando-a referência local para o exercício da cidadania em todas as suas dimensões. Para isso, é importante que tenhamos clareza do papel do Estado e da Escola diante da sociedade e entender a densidade social como uma ferramenta importante na análise dos fatos sociais em ação num determinado território. Fazer a distinção de densidade material, característica de uma cidade rica materialmente, mas que se serve apenas aos negócios, ao capital, e uma cidade que abre seus espaços para a socialização, os encontros e os prazeres da vida em sociedade, aumentando assim seu grau de coesão, diminuindo a necessidade da coerção.

Na descrição e caracterização da cultura oficial percebemos que o Estado realiza um duplo trabalho de convencimento: reafirma-se perante os outros Estados e reafirma-se perante a Sociedade que o instituiu. Dessa forma, o Estado interfere cerceando e concedendo, produzindo e conduzindo, conforme seus interesses, a cultura hegemônica, por vezes de forma violenta. A discussão sobre educação e cultura durante e depois do Regime Militar brasileiro (1964-1984) demonstrou-se sociologicamente infrutífera e sem sentido, na medida em que entendeu e separou educação para um lado científico, escolarizado, em que cidadãos de todas as idades deveriam obter apenas conhecimento científico, permeado de erudição cultural; por outro lado, a discussão sobre cultura caminhou por um viés economicista, entendendo a mesma, muitas vezes, como uma indústria que deveria agregar mais valor financeiro.

Desta forma, com Bosi (1992), identificamos três formas de cultura que se materializam em três fronteiras distintas: a cultura oficial hegemônica, a indústria cultural ou cultura de massas e a cultura popular ou folclórica. São fronteiras em geral fechadas e intransponíveis, construídas e consolidadas por séculos de dominação demarcando territórios e orientando ações de uma contra a outra. Se por um lado o Estado, seja através da cultura oficial escolar, seja financiando uma indústria cultural, tenta manter o controle da Sociedade, essa mesma Sociedade engendra novos conhecimentos e novas formas de fazer, consolidando solidariedades locais que se amarram num sentimento único de povo-nação. Nessa luta

cotidiana, o Estado busca controlar a Sociedade, e uma dessas formas de controle se dá através da reorganização curricular das escolas, colocando-lhe o dilema de servir à Sociedade em sua diversidade ou ao Estado em sua unicidade? O pátio da escola torna-se o novo ponto de encontro e também de embate.

Devemos, portanto, partir da necessidade de uma educação integral e considerar uma escola que reinvente seu sentido universal, além de suas fronteiras, no sentido estrito do termo. Criar cidadãos cosmopolitas a partir de cada aldeia. Isso significa uma escola capaz de uma educação que seja abrangente em todas as suas formas, com os pés no chão, dando a devida e correta importância às suas raízes comunitárias agregando aos valores simbólicos de suas respectivas comunidades o universalismo que nos globaliza e a tecnologia que nos atualiza. Dessa forma, uma escola com alta densidade social atrairia para si o local e o universal, o tradicional e o moderno, o arcaico e o avançado tecnologicamente, permitindo aos seus cidadãos participarem do mundo em sua totalidade.

Acreditamos que seriam essas as condições para se começar a desenvolver um Mapa Cultural e torná-lo uma eficiente ferramenta de gestão para todos os envolvidos – do mais novo cidadão ao mais alto gestor – tornando-os capazes de agir autonomamente em suas escolhas. A partir da menor unidade do território oficial de uma cidade, os bairros, através e com a participação popular pode ser construído o Mapa Cultural e intervindo, minimamente neste território, fruindo, participando e construindo o futuro indicados por uma cartografia do desejo.

A quem caberia, pois, o domínio sobre o território e a manutenção da coesão social necessária à manutenção da sociedade? Com o surgimento do Estado criou-se, o que podemos bem chamar, de uma Cultura do Estado. Enquanto competência soberana para garantir a paz entre os homens é o controle sobre a cultura e a opinião, visto que qualquer diferença cultural ou opinião contrária poria em risco a soberania desse mesmo Estado, deve o mesmo “examinar as doutrinas de todos os livros antes de serem publicados” (HOBBS, 1997, p. 148). Essa Cultura do Estado, enquanto competência soberana de regulação das consciências, vai se apresentar à sociedade de duas formas: através da Censura, que regulará a liberdade de expressão, permitindo aquele pensamento que não põe em risco sua soberania e censurando aquele que se apresenta como inimigo potencial; e da Escola, que a partir desse momento

deixa de ser uma necessidade intelectual e estética da sociedade para ser também uma necessidade ideológica do Estado, visando a aceitação e ao seu reconhecimento. À escola, instituída pelo Estado, caberá o duplo papel de, a partir de uma cultura homogênea, garantir a união da nação. Porém, esta cultura garantidora da sua soberania é a cultura hegemônica, vencedora das disputas que o instituíram, no caso uma cultura liberal, capitalista, urbana, letrada e tecnologicamente avançada à revelia de uma cultura popular diversa e plural considerada rural, iletrada, tradicional e atrasada.

Em sociedades autoritárias e totalitárias a Escola está e continua a serviço desta função, acreditando que uma cultura homogênea fortalecerá tanto a sociedade quanto o Estado. Porém, o que hoje se apresenta para uma sociedade e um Estado democrático, através dos gestores públicos e governantes, é uma contradição, na medida em que a sociedade que se quer viva e dinâmica e pronta para o futuro deve ser o resultado de um conhecimento globalizado, não fragmentado, porém diverso e plural. Portanto, qualquer grupo cultural ou equipamento público, notadamente uma Escola, instalada em determinado território, deve ser sabedor das múltiplas culturas que o rodeiam e que, como um fato social que se pretende de alta densidade social, deve conhecer e atrair para si essa multiplicidade cultural local, agregando os valores culturais universais que nos tornam partes de uma mesma humanidade, ampliando cada vez mais sua zona de influência no território.

No entanto, à revelia das mobilizações sociais e visando o reforço de uma cultura do Estado, o mesmo impõe à sociedade uma matriz curricular à Escola onde:

Irônica e paradoxalmente, a tendência ideológica hegemônica na reestruturação da escola e do currículo vai na direção de reforçar os valores, os conteúdos e as formas de produção e reprodução de identidades sociais que reafirmem as características mais regressivas da presente ordem social (...) coloca a educação e o currículo no centro de suas tentativas de reestruturação da sociedade ao longo de critérios baseados no funcionamento do mercado (SILVA, 1995, p. 185).

Dessa forma, o Estado investe na demarcação de territórios, fazendo um duplo papel: “por um lado diferencia a cultura do território nacional face ao exterior; por outro lado, promove a homogeneidade cultural no interior do território nacional” (SANTOS, 2005, p. 151). Ou seja, investe na consolidação de um território para além da nação e a partir de interesses da cultura hegemônica. Ali com as armas garante a coesão interna dos indivíduos pela coerção e afugenta o estrangeiro através do medo. No plano interno, investe na cultura oficial visando a sua aceitação através da Escola, da Imprensa, da Religião ou com o

financiamento na produção ou importação de uma indústria cultural massificadora de opiniões.

Como se vê este território é disputado cotidianamente à sociedade em suas várias formas de organização. Desde aquelas que podemos entender como legais – no sentido da lei e do prazer – até aquelas ilegais que se impõe pela força dentro de um Estado de direito. E não precisamos ir longe, basta abrir a janela. Dessa forma, ficam perceptíveis as fronteiras culturais e sociais de determinado território seja ele a escola, o bairro, a cidade ou o país.

Além de uma chamada de atenção no sistema educacional, reafirmando a cultura oficial e hegemônica, podemos perceber que a indústria cultural, com a popularização da tecnologia nos anos 1960, avançou de forma avassaladora e cruel sobre a produção cultural local, pois a indústria cultural não delimita fronteiras. Ela simplesmente desconhece fronteiras, na medida em que adota um receituário de sucesso que vale para qualquer regime político. Seu principal objetivo é o lucro capitalista e seu método de produção e distribuição é rápido e eficiente. Segundo Morin (2008) seu receituário de sucesso consiste basicamente em não fugir ao modelo burocrático-industrial onde “fabricam-se romances sentimentais em cadeia, a partir de certos modelos tornados conscientes e racionalizados” (MORIN, 2008, p. 255). A essa racionalização corresponde a padronização, limitando qualquer possibilidade criativa e fazendo desaparecer a figura do criador. Essa indústria cultural não abre mão de princípios e das linhas de montagem fordistas, onde “desaparece a maior satisfação do artista, que é a de se identificar com sua obra, isto é, de se justificar através de sua obra, de fundar nela sua própria transcendência.” (MORIN, 2008, p. 258). Ou seja, está posto o princípio da alienação através da arte e da cultura.

O dilema posto à escola hoje está na medida em que as três fronteiras acima se sobrepõem no seu pátio. Por um lado, se apresenta o imperativo legal de ensinar um currículo e uma cultura oficiais, pois é a partir dele que tem medida a sua excelência educacional, nas múltiplas avaliações externas que se apresentam; apresenta um grupo de professores e professoras fortemente coeso que insiste em pregar valores muito particulares – à direita e à esquerda - e dissemina uma alta cultura letrada, universal e burguesa, mas não hegemônica, acreditando que a comunidade de alunos deve se converter a ela; convive cotidianamente com a indústria cultural trazida por todos em seus vários vieses e matizes, através da diminuta

tecnologia de reprodução nas salas de aula e corredores, bem como a internet naquelas escolas que já usufruem desta tecnologia; e, por fim, com uma cultura popular local, em momentos fugazes, através das festas juninas, festivais folclóricos, grupos de danças, corais religiosos, rezas e orações que hoje, se apresentam a todas as escolas do país.

Neste sentido, cabe-nos a pergunta: qual deve ser o papel da escola enquanto parte de uma política cultural estatal na sociedade multicultural e global? Primeiro, devemos ter claro o papel da escola como parte de uma política cultural oficial, denominada cultura escolar. Por isso, pensar a Cultura dentro de uma política educacional não significa que o Estado pense uma política cultural que atenda aos interesses da sociedade em sua multiplicidade. Segundo, a necessidade deste esclarecimento se dá na medida em que com a separação dos ministérios e secretarias – estaduais e municipais – de Cultura criou-se uma falsa ideia de igualdade da educação e da cultura no espectro ideológico do Estado. A separação se dá por uma questão estratégica uma vez que é possível ter o controle da educação, mas não da cultura, pois “os seus limites nunca coincidem com os limites do Estado; o princípio da soberania do Estado nunca teve um correspondente no domínio da cultura.” (SANTOS, 2005, p. 148) Há uma hierarquia na medida em que a educação é parte da Cultura, ou seja, a Cultura de um povo determina como ela educa os mais novos, como ela institui novos fatos sociais e não o contrário. Outro argumento é que a Cultura, por princípio, é contra o Estado, pois não depende dele para sua manifestação e não está a seu serviço em nenhum momento – exceto quando produzida industrialmente.

Apesar da educação pública ser uma reivindicação dos mais pobres, o Estado viu aí a grande possibilidade de “educar” estética e ideologicamente a sociedade que o instituiu. Podemos afirmar, com segurança, que a educação é parte da cultura, na medida em que, institucionalmente, a cultura é anterior ao Estado, seja ele em que forma se apresente historicamente, enquanto a educação pública e o ensino são formulações estratégicas para a manutenção do mesmo.

A questão da hierarquia se põe uma vez que, na delimitação e proposição daquelas fronteiras, a cultura escolar e a indústria cultural podem – e às vezes assim o fazem – caminhar juntas no seu objetivo de manutenção do *status quo*. Para isso, o Estado se vale do financiamento educacional e das formas de financiamento cultural, seja incentivando uma

indústria cultural através das leis de incentivo em vigor ou fomentando o surgimento de ONG's que cuidam da cultura visando os mais novos com a fraca argumentação de conceder-lhes a cidadania retirando-os dos vícios que a sociedade criou, relegando a cultura ao papel de redentora social, da mesma forma que a educação. Nunca como um direito!

Então, ao considerarmos um Mapa Cultural como uma ferramenta devemos considerar também os elementos que o compõem. É preciso ficar bem claro que um mapa não é apenas um inventário de bens culturais disponíveis num espaço geográfico para as pessoas que ali residem. Ele demonstra conflitos de interesse no espaço ocupado pelos homens. Conflitos com a natureza em seus limites físicos e entre os homens que disputam essa natureza, pois:

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 22).

Um mapa cultural, como todo mapa, é um instrumento de poder, na medida em que o conhecimento gera controle e o controle pode ser democrático ou não, na mão de todos, muitos ou um só. Saber onde se põe e se dispõe os bens e os líderes culturais de determinado grupo permite ao Estado ou a qualquer outro grupo a limitação, o silenciamento e até mesmo o aniquilamento daquele grupo, de forma violenta ou simbólica. Dessa forma, um mapa cultural mostra também as possibilidades e potencialidades dos homens naquele território. Torna-se, por fim, o resultado de um pensamento e também um produto cultural.

Um mapa é um roteiro de vida. Tanto para um indivíduo quanto para uma comunidade, pois sendo o resultado de uma leitura comum sobre o território, orienta a todos nos rumos que devem seguir, localizando os homens no tempo e no espaço em que vivem, dando-lhes uma direção segura do seu destino enquanto indivíduo e grupo. Pode parecer estranho tal afirmação, mas, no labirinto que se tornou a cidade, o bairro não é muito diferente da selva primitiva e, nesse sentido, o mapa hoje cumpre a mesma função de milênios atrás. Esses mapas podem estar na pedra, no vegetal ou na memória viva de cada um, transmitidos oralmente pela comunidade. Por isso, seguros.

Assim, para a Comunidade local um mapa significa refazer sua orientação neste novo espaço que é o mundo globalizado. Saber-se participante de uma cidade, uma coletividade muito maior, que se apoia em novos regulamentos, novas formas de solidariedade, novas maneiras de convivência e agregação. Para isso, devem-se respeitar novas e outras culturas e passam pela nova organização mental dos sentidos e das direções do trabalho e emprego, da construção do conhecimento de outras formas que não apenas a oralidade, da comunicação e o diálogo para a construção de uma comunidade muito maior que é a cidade. Significa, pois afirmar-se e afirmar o outro naquilo que têm em comum e diferente.

Um mapa é um exercício de memória. Memória do visto em uma caminhada, uma trajetória em que, num primeiro momento, ficam nossas impressões de viagem. Construir o mapa de um lugar com a mentalidade do peregrino e não do turista. O peregrino a tudo observa atentamente pelo caminho sem um dia certo para chegar. Ele tem um objetivo, mas não tem um tempo determinado para a chegada, porque o que lhe interessa é o caminho. Por isso mapeia, mesmo que mentalmente, os lugares por onde passa. O turista, por sua vez, é aquele que tem horário de saída e chegada, objetivo fixo e real, sem caminho a percorrer. O turista não consegue construir um mapa com a memória necessária para que outro o siga: enquanto um frui e flui o outro consome e some para a próxima escala. Então ao peregrino interessa o mapa em seu detalhe, resultante não apenas da sua memória, mas da memória de todos com quem conversou na sua trajetória. Interessa-lhe as mudanças do terreno e das pessoas e não apenas o que já está pronto e acabado. Por isso, um mapa cultural deve ser a memória do lugar, apresentando o que já foi para se compreender o que é, fazendo com que a mobilidade dos indivíduos não seja vazia de marcas e de desejos. O mapa cultural é um registro que visa impedir que o indivíduo perca seu passado diluído na sociedade moderna tornando visível a sua passagem e a de outros iguais naquele território.

Um mapa é um exercício de democracia. É um instrumento de democracia participativa que no plano local é realizado nas comunidades de vizinhança. Uma vez que se quer fazer o caminho do peregrino, um mapa cultural se transforma num exercício de democracia, contando com a colaboração de todos aqueles que ocupam – e até mesmo disputam – o território. Cada contexto e cada grupo envolvido são atores sociais com interesses diversos que ao se encontrar para o debate promovem outras trocas que não apenas aquelas trocas econômicas. Uma democracia que se quer plena promove todas as trocas



possíveis, garantindo – como primeiro critério de justiça – a fala para todos, ou seja, a manifestação da cultura de cada membro do grupo e conseqüentemente de cada grupo dentro da comunidade.

Um mapa é um exercício de demarcação do território. Ao nomear o território deixamos bem claro algumas questões não respondidas: quem manda aqui, até onde manda, ou seja, quando falamos de território estamos falando também de disputas e de autoridade. A sociedade disputa o território entre si e o disputa ao Estado. Observando o senso comum nunca diríamos que a Sociedade disputa o território ao Estado, na medida em que vemos a ambos com certa naturalidade. É preciso desfazer essa naturalidade.

Em primeiro lugar, precisamos esclarecer que o território é uma criação humana na medida em que, na busca de um lugar para ficar e se manter vivo, delimita um espaço para si e seu grupo. O território passa a ser objeto de defesa porque é dele que se tira o sustento e onde se pratica o culto. Ali o homem se liga umbilicalmente à terra, iniciando sua cultura material e simbólica. Em segundo lugar, a Sociedade, ao instituir o Estado, dá-lhe a autorização e autoridade necessária para dispor da terra sempre em nome do bem comum, maior que o próprio grupo que anteriormente ali se instalou, criando novas hierarquias sociais e novas relações de vizinhança. Portanto, o território passa a ser uma criação artificial do Estado, uma vez que, para manter a ordem na cidade, o mesmo lança mão do planejamento, mas que, muitas vezes desconhece o investimento feito naquele local. Tanto um quanto outro, seja a Sociedade seja o Estado, demarcam o território para ali organizar os homens.

Portanto, um mapa cultural deve ser capaz de reconhecer essas fronteiras no microterritório que é o bairro, a vila ou a comunidade e propor todo e qualquer diálogo possível entre elas, refazendo-lhe as hierarquias sociais necessárias à sua manutenção, devendo o Estado voltar a ser o grande mediador ou permitir que outro fato social com maior densidade o faça. (O que seria já a negação do próprio Estado como o garantidor da paz entre os homens.).

Um mapa é um exercício de planejamento. Seja para o gestor cultural público ou da iniciativa privada através dos grupos culturais, fica a obrigatoriedade do mapeamento de todos os espaços possíveis e necessários a uma nova vivência comunitária, redefinindo e requalificando espaços de forma a valorizar as culturas locais como partes e participantes da

cultura da cidade. É preciso ter sempre em mente a proposta de Durkheim de que é preciso construir na sociedade formas de aproximação das pessoas como condição *sine qua non* de fortalecimento da coesão social, dando forma a essa sociedade. O ordenamento da cidade não significa o cerceamento dos desejos expostos pela cultura dos indivíduos e dos grupos ao qual pertencem em busca de uma ordem asséptica e moralizante. Mas, a abertura de possibilidades, provocando conexões, abrindo “caminhos que permitam esta aproximação [e estabelecendo] relações entre pontos distantes da massa social” (DURKHEIM, 1978, p. 145) aumentando o grau de união entre os indivíduos. Não falamos apenas daquela densidade material – tão necessária, mas não definidora – de que nos fala Durkheim (1978), representada pela possibilidade de grandes realizações empresariais, econômicas e políticas, mas daquela densidade social dinâmica que agrega pessoas e contribui para uma busca de sentido em suas vidas.

Um mapa é um exercício de invisibilidade e de visibilidade, na medida em que a descoberta é um conceito metafórico. Da mesma forma que descobrimos a natureza, não porque ela não estava lá, mas por que nós não estávamos lá – ou não queríamos vê-la – se dá com a cultura. Todo lugar em que os humanos se relacionam entre si, em comunidade e pisaram o território, tem algo de culto e portanto de cultura. A invisibilidade se dá por que ao Estado determinadas manifestações da cultura não lhe interessam por motivos alheios à vontade dos grupos que compõem a sociedade. A invisibilidade se dá por interesses econômicos no território, que invariavelmente provocam grandes deslocamentos populacionais, as diásporas, ignorando a cultura local. O que não é/era visto pode e deve ser solenemente ignorado, mesmo estando ali, vivo, a séculos e milênios.

Da mesma forma que um mapa ignora, desconhece, pode e deve ser também o registro do pouco visto e pouco conhecido e neste sentido dá visibilidade a algo que já está ali, em suas manifestações locais, porém desconhecido da vizinhança que o cerca, pela distância física ou tecnológica. Neste sentido, a visibilidade é um dar-se a conhecer para os demais, abrindo a cultura local para um mundo plural e diverso, provocando uma mobilidade necessária a quem não se fecha, permitindo-se aos contatos com a saída e a entrada de novos grupos. Essa visibilidade, popularmente conhecida como “estar no mapa”, é a orientação segura que nos permite sair de nossa aldeia reconstruindo-a pelo mundo e voltar ao nosso território original, também modificado pelas nossas idas e vindas no tempo e no espaço. A

visibilidade é condição de autoridade: “Pernambuco falando para o mundo” (NÓBREGA; FREIRE, 1998, f. 14); e afirmação: “Sou do mundo, sou Minas Gerais” (BORGES; BORGES; BRANT, 1970, f. 1).

Um mapa é um exercício de desejo uma vez que toda cultura engendra o futuro do seu grupo como condição de uma longa permanência, o mais distante possível no tempo, do seu culto. Como manifestação do desejo, do diálogo democrático, um mapa cultural deve esboçar uma nova cidade, uma nova sociedade resultado dos encontros provocados pelas zonas de fronteira e locais de passagem. Chegar ao limite não significa perder a identidade, mas abrir-se ao desejo de novas possibilidades e novas trocas. Como animal desejante que somos contribuir com a riqueza do nosso conhecimento, da nossa cultura, pois “a riqueza está, acima de tudo, na disponibilidade multicultural da zona fronteira.” (SANTOS, 2005, p. 155). É na fronteira, seja ela natural ou artificial, que surgem as novidades e as cidades, e dessa forma, o mapa deixa de ser um apenas um registro do passado e do presente transformando-se numa ferramenta política de luta pela afirmação das identidades através do desejo de uma cidade multiétnica, multicultural, diversa e plural. “A zona fronteira, tal como a descoberta, é uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas” (SANTOS, 2005, p. 155) provocando um futuro inevitável e as possibilidades de outro mundo.

À guisa de conclusão, partimos da premissa que a geografia é “claramente percebida como um saber estratégico e os mapas, assim como a documentação estatística, que dá uma representação precisa do país, são reservados à minoria dirigente” (LACOSTE, 1993, p. 37) e que, portanto, qualquer mapa, por mais rústico que seja, contém informações que geram enorme poder sobre o território, fica a pergunta: a quem caberia a iniciativa de construção de um Mapa Cultural? Àquele grupo considerado um fato social que exercesse, de fato e de direito, alto poder de coesão social em determinado território?

Em princípio, este fato social presente no território com alto poder de agregação deveria ser a Escola, porém, como antes discutido, a mesma põe e dispõe de uma cultura oficial hegemônica, não apenas a partir de seu currículo, mas também pela ação de seus profissionais. Presença do Estado no território, a escola tem sido disseminadora de uma cultura oficial liberal, eurocêntrica, machista e branca à revelia dos movimentos sociais que

lutam por uma escola democrática, diversa, multicultural e plural em todos os sentidos. Portanto, democratizar a escola é acreditar na sua necessidade, mas não na sua metodologia atual. Para além de uma alta densidade material que já vimos presenciado nas escolas, a densidade dinâmica ou social defendida por Durkheim mediria os bens simbólicos que funcionam nas mesmas, como forma de coesão para a sociedade. Essa medida vai além da mera quantidade de cidadãos que dela participa em função da sua obrigatoriedade ou da sua materialidade, mas também pelo seu alto grau de aceitação e influência que a mesma gera na comunidade.

Uma presença democrática do Estado - via escola -, consolidando sua presença através do diálogo, ouvindo e construindo colaborativamente as ações públicas seria a maneira mais aceita e agradável da sua contrapartida no Contrato Social. Retomar um território que por princípio é seu, quando de sua instituição, percebendo suas fronteiras, suas zonas de conflito, suas necessidades, seus atores, conferindo a estes um senso de humanidade perdida num mundo individualista e competitivo de constante conflito.

Claro que neste território de constantes disputas, onde o Estado vem se omitindo ou marcando sua presença ostensivamente através da força policial, a escola fica desamparada, na medida em que seu argumento e metodologia são outros. Buscar na cultura local não a redenção, mas o exercício de um direito da natureza humana, o exercício da liberdade de pensamento, é desfazer a hierarquia que está posta hoje, invertendo a lógica da competição capitalista para a colaboração comunitária.

Uma forte presença no território, conhecendo bem suas fronteiras e suas zonas de conflito, colocando-se o Estado através da escola como o promotor do diálogo, visa tornar visível o que até então é invisível, fazer aparecer o que está escondido, localizar, ou seja, dar um local, um lugar para culturas desterritorializadas - e às vezes desmemorializadas - em sua própria terra à mercê da competição com a cultura escolar e a cultura de massas. Para isso, colocar a tecnologia à disposição para o registro, a divulgação, criando pontes tecnológicas com o futuro e com o vizinho distante.

A Escola é, forçosamente, o lugar de trânsito e de encontro dessas várias culturas: a cultura do Estado, a indústria cultural e a cultura popular. É nesta arena que deve se dar o embate – como vem acontecendo – ou, é nesta ágora que deve se dar o debate? Aqui

defendemos uma construção democrática, colaborativa através da Escola, em estreita parceria com os grupos culturais presentes no território. Porém, é preciso que não se transponha para a Escola nem os vícios do Estado nem os vícios da Sociedade, mas apenas suas virtudes, mesmo sabendo que isso é uma utopia.

Para isso, a construção de Mapas culturais locais, que investiguem os atores, os mestres, os fazedores de cultura, permitiria que a Escola se rendesse à sua principal função que é a de situar os mais novos no mundo. Não apenas um mundo de tecnologias virtuais e competições reais que impõem aos mais pobres uma cultura de massas, nem uma cultura hegemônica do Estado, ambas desprovidas de significações e tradições. Mas, um mundo reconstruído a partir do desejo das minorias, resultado do diálogo e das aproximações primeiras de homem/mulher, adulto/criança, velho/novo, recriando relações de vizinhança já esquecidas e pouco cultuadas, refazendo vínculos de solidariedade. Mapas que refaçam as trajetórias percorridas no tempo das comunidades, revitalizando cultos e ritos, registrando-os e mostrando-os para aqueles que se projetam para o futuro. Mapas que desenhem territórios para se descobrir a fronteira, pois é na fronteira, no encontro, que está o futuro “de um continente por se descobrir (...) de um território que está por explodir (...) exato na zona de fronteira, eu improviso o Brasil (...). Mas algo chama a atenção: Ninguém jamais canta duas vezes uma mesma canção.” (BOSCO, 1991, f.1). A máxima de Heródoto também vale para Cultura.

### Referências:

- BORGES, Lô, BORGES, Márcio e BRANT, Fernando. *Para Lennon e McCartney*, in: NASCIMENTO, Milton, CD Milton, faixa 1, Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1970, 1 CD.
- BOSCO, João. *Zona de Fronteira*, in: BOSCO, João, CD João Bosco Acústico MTV, faixa 1, Rio de Janeiro: Colúmbia, 1992, 1 CD.
- BOSI, Alfredo. *Cultura Brasileira e Culturas Brasileiras*. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 308-401.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia - Volume 1*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995, p. 10-36.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p.71-161.

HOBBS, Thomas. *Do Estado*. In: *Leviatã ou Matéria, forma e poder um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1997, p. 141-151.

LACOSTE, Yves. *Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, SP: Papirus, 1993.

MORIN, Edgar. *A Indústria Cultural*. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 253-259.

NÓBREGA, Antônio Carlos e FREIRE, Wilson. *Pernambuco falando para o mundo*, in: NÓBREGA, A., CD Pernambuco falando para o mundo, faixa 14, São Paulo: Brincante, 1998, 1 CD.

SANTOS, Boaventura Souza. *Modernidade, Identidade e a Cultura de fronteira*, in: *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005, p. 135-157

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da e MOREIRA, Antônio Flávio. (Orgs.) *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 184-202.